



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 770, DE 2015

(de iniciativa da Comissão da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do

Consumidor e Fiscalização e Controle)

Acrescenta § 4º à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para assegurar os recursos arrecadados sejam destinados a obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 22**.....
.....

§ 4º No caso do inciso I, deverá ser observado o percentual mínimo de aplicação de os recursos em obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a cobrança pelo uso de recursos hídricos foi proposta pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O art. 22 da lei afirma que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos

Hídricos; além de no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Tal artigo assegura, ainda, em seu § 1º, que o quantitativo de recursos destinados ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos deve se limitar a 7,5% do total arrecadado. Todavia, a lei é silente quanto ao percentual máximo que pode ser aplicado em estudos e no planejamento de programas ou quanto ao percentual mínimo que deve ser destinado a obras concretas, o que tem gerado algumas distorções.

Ainda que a cobrança do usuário tenha sido implementada com relativo sucesso, é preciso que a aplicação desses recursos seja feita de forma mais eficiente, já que um montante demasiadamente significativo é aplicado na elaboração de estudos e atividades de apoio em detrimento da implementação de projetos e ações que efetivamente contribuem para a revitalização e ampliação do volume de águas do rio São Francisco.

Por exemplo, no ano de 2014, conforme o relatório de demonstrações financeiras da AGB Peixe Vivo, associação civil responsável pela prestação de apoio administrativo, técnico e financeiro ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), as despesas de investimentos foram principalmente direcionadas a: i) serviços de planejamento e elaboração de programa de comunicação para o CBHSF (2,4 milhões); ii) elaboração de Planos Municipais de saneamento básico para região do Alto São Francisco (1,5 milhões); e iii) passagens aéreas e terrestres para atendimento a eventos (792 mil).

Já a implementação concreta de projetos e obras recebeu menos aportes financeiros, tendo o maior montante de recursos sido direcionado a: i) execução do projeto hidroambiental na Sub-Bacia do Rio Pajeú - Microbacia do Córrego Onça - em Afogados da Ingazeira/PE (667 mil); ii) execução projeto hidroambiental na sub-bacia do Rio Santo Onofre em Paratinga/BA (657 mil); iii) execução projeto hidroambiental na Bacia do Rio Itapecerica, município de Divinópolis e adjacências/MG (587 mil); e iv) execução projeto de apoio ao Programa de Fiscalização Preventiva Integrada – FPI (544 mil).

No mesmo sentido, o Plano de Aplicação Plurianual – PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período de 2013 a 2015, aprovado pela Deliberação CBHSF nº 71, de 28 de novembro de 2012, prevê um gasto total de cerca de 92 milhões de reais, sendo que apenas aproximadamente 45% seriam aplicados na implementação de obras e sistemas hídricos. O restante, cerca de 50 milhões de reais, seriam gastos apenas em estudos, atividades de apoio e de fortalecimento institucional.

Dessa forma, com o intuito de solucionar a deturpação anteriormente destacada – elevado percentual gasto com o planejamento quando comparado aos recursos despendidos com as obras – propomos que seja acrescentado parágrafo ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, com o intuito de assegurar que ao menos 50% dos recursos arrecadados sejam destinados às obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, ou seja, a toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, e a toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a bacia do São Francisco, tais como: demolição, conserto,

instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte ou locação de bens.

Assim, pretendemos solidificar em nosso ordenamento jurídico uma medida que confere probidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio São Francisco.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O
PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO
FRANCISCO**

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=170275&tp=1>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 55ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 01 de dezembro de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 92/2015/CMA

Brasília, 1º de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Avaliação da Política Pública de Revitalização do Rio São Francisco

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou, em 14/04/2015, a avaliação da política pública “Revitalização do Rio São Francisco”, conforme determina o artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Em reunião realizada na data de hoje, foi aprovado o relatório da avaliação da política pública, nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno, concluindo por diversas recomendações, apresentação de projeto de lei, bem como pela notificação de diversos órgãos públicos.

Nestes termos, encaminho o relatório para publicação e para tomada das providências necessárias ao cumprimento das recomendações previstas na sua conclusão (ponto 4).

Respeitosamente,

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle